



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

DESTAQUES DO MÊS

O reajuste total médio da tarifa de energia chega a 49,9% em 2015

Em 2015 se inicia a cobrança dos R\$ 11 bilhões emprestados em 2013 para as distribuidoras de energia elétrica e dos outros R\$ 17,7 bilhões emprestados em 2014 para as distribuidoras cobrirem suas despesas extras com as compras de energia. Para fechar as despesas das distribuidoras com as compras de energia relativas aos meses de novembro e dezembro de 2014 ainda são necessários cerca de mais R\$ 2,5 bilhões. Em dezembro de 2014, a ANEEL autorizou um reajuste de 46,14% relativo aos custos de repasse de potência para a UHE Itaipu para 2015. A energia de Itaipu usualmente representa cerca de 20% do volume de energia fornecida pelas distribuidoras cotistas desta usina. Considerando que o Tesouro não pretende fazer aportes na CDE, em fevereiro de 2015 a ANEEL apresentou uma proposta de reajuste de 1200% nas quotas de CDE. Só a elevação deste item de custo representa um viés médio de alta nas tarifas de energia elétrica de 23,76 pontos percentuais. Com o aumento acentuado dos custos de Itaipu e da CDE, as distribuidoras não serão financeiramente capazes de esperar os reajustes tarifários ordinários de 2015 para repassar essas novas despesas aos seus consumidores. Diante disto, poderá ser autorizado um reajuste tarifário extraordinário com a finalidade de equalizar as despesas com as receitas das distribuidoras de energia elétrica. Por hora as simulações indicam um reajuste total (ordinário mais o extraordinário) médio de 49,92% para o ano de 2015.

(Newsletter fevereiro/2015 - Baseado em TR Soluções)



PAINEL

ANEEL abre consulta pública sobre o modelo de receita teto das licitações

A ANEEL abriu Audiência Pública que tem como objetivo obter subsídios para o aprimoramento da metodologia e dos critérios gerais para definição e revisão do modelo de receita teto das licitações, na modalidade leilão público, para contratação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica. As contribuições poderão ser encaminhadas até 2 de março de 2015.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

Risco de racionamento já supera 50%, diz PSR

Com a decepção no cenário de chuvas e as térmicas operando a plena capacidade, especialistas apontam que é cada vez maior a chance de um racionamento. De acordo com o consultor Mario Veiga, Presidente da PSR Energy, o risco de racionamento neste ano está superior a 50%, ou seja, é maior a chance de que ele ocorra do que o contrário. O consultor explica que o sistema brasileiro foi planejado para resistir a três anos de seca e, portanto, a aumentos muito significativos da demanda. Contudo, de acordo com Mario Veiga, o Governo fez uma aposta que não devia ao esperar por chuvas ao invés de ter adotado medidas de racionalização. A PSR vem alertando sobre o esvaziamento dos reservatórios desde 2010, mas foi a partir

de 2012 que as maiores discrepâncias começaram a aparecer. “Em 2012 tivemos uma hidrologia acima da média e terminamos o ano muito mal, com térmicas ligadas no fim do período chuvoso. Em 2013, a hidrologia foi favorável, as térmicas permaneceram ligadas e a demanda foi medíocre”, diz. Em 2014, a situação foi ainda pior. O ano já começou com reservatórios baixos e a hidrologia foi a nona pior da história. (26.01.2015- Baseado em Valor Econômico)



Racionamento duplo aumenta impactos sobre o PIB

Isoladamente, o cenário energético de 2015 ainda é menos grave que o de 2001, mas a crise na água impõe riscos adicionais e mais difíceis de serem mensurados. Em 2001, o racionamento foi de 20% na média. Hoje, as estimativas são de que um corte menor na energia (entre 5% e 10%) seria suficiente e provocaria perda adicional de 0,5 a 1,4 ponto percentual no PIB no prazo de um ano, com maior impacto nos dois primeiros trimestres. A restrição no uso da água adicionaria uma perda de 0,1 a 0,2 ponto percentual nessa conta. O Banco Itaú considera que a restrição poderia chegar a 25% no sistema Cantareira e Alto Tietê, em São Paulo, e só isso causaria uma perda de 0,1% no PIB (o Banco restringiu as contas a esse sistema). O Banco J. Safra já embutiu na sua conta de queda de 0,5% no PIB em 2015 uma perda de 0,2 ponto decorrente dos cortes não oficiais que já ocorrem no fornecimento. (02.02.2015 - Baseado em Valor Econômico)

PAINEL

ANP realizará audiência pública sobre movimentação de produtos

A ANP realizará Audiência Pública com o objetivo de obter informações sobre a minuta da Resolução relativa à revisão da Portaria ANP nº 170/1998, que estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação dos produtos regulados pela ANP. A audiência ocorrerá no dia 11 de março de 2015.

Saiba mais: www.anp.gov.br

ANAC abre consulta pública sobre Certificação de Produto Aeronáutico

A ANAC abriu Consulta Pública para obter subsídios de emendas ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 21 e 45. As contribuições poderão ser encaminhadas até 27 de fevereiro de 2015.

Saiba mais: www.anac.gov.br



Decreto abre espaço para portos privados no Pará

Um decreto assinado pela Presidente Dilma Rousseff reduziu a área do porto organizado de Vila do Conde, no Pará, abrindo espaço para a instalação de novos terminais privados no local. A mudança deve potencializar investimentos na região. O redesenho da “poligonal” diminuiu a área sob administração direta da Companhia Docas do Pará e onde só pode haver instalações públicas - mesmo que arrendadas a empresas. O antigo desenho do porto era aproximadamente cinco vezes maior do que a área efetivamente explorada para a movimentação de cargas. Isso acabava inviabilizando os planos de instalação de novos terminais privados ou a ampliação de terminais existentes, que já tinham retroáreas - espaço para o armazenamento das cargas - disponíveis. A expectativa do Governo é que a mudança abra caminho para investimentos em terminais de graneis vegetais e de minério de ferro. Com isso, o Governo dá mais um passo na direção de facilitar projetos de terminais privados, que não enfrentam mais restrições como a exigência de movimentar apenas carga própria. A nova poligonal preserva, no entanto, espaço para uma reorganização dos arrendamentos em Vila do Conde. Essa reorganização está prevista no primeiro lote de licitações de terminais portuários, ainda travado no Tribunal de Contas da União (TCU), desde dezembro de 2013. (30.01.2015 - Baseado em Valor Econômico)

Aeroportos de Porto Alegre e Salvador serão privatizados

O Governo Federal quer transferir mais aeroportos à iniciativa privada e já tem dois alvos prioritários para dar continuidade ao programa de concessões no setor: Salvador e Porto Alegre. Uma lista com 11 possibilidades foi apresentada à Presidente Dilma Rousseff pelo Ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha. No caso de Porto Alegre, a tendência é que o vencedor do futuro leilão assuma as operações do aeroporto Salgado Filho enquanto constrói um novo terminal na região metropolitana. Manaus, que também estava no topo da lista, deve sair. O Governo considera que o terminal já recebeu investimentos pesados em sua ampliação. Além disso, graças à movimentação de cargas, é bastante lucrativo e ajuda a abastecer o combalido caixa da estatal Infraero. (30.01.2015 - Baseado em Valor Econômico)

Sem “perdão”, Jirau vê perda de R\$ 3,2 bilhões

A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária responsável pela construção e operação da hidrelétrica de Jirau, adverte que retardará a entrada em funcionamento de novas turbinas da usina caso não receba um “perdão” da Aneel pelo atraso em suas obras. O resultado pode ser um “buraco” de 450 Megawatts (MW) no reforço do sistema interligado nacional, segundo o presidente da ESBR, Victor Paranhos, que agiu para evitar uma decisão da Aneel sobre o pedido de “excludente de responsabilidade” pelo atraso nas obras de Jirau. Uma perícia judicial concluiu que dois incêndios e revoltas trabalhistas nos canteiros da usina, localizada no rio Madeira (RO), levaram a um atraso de 535 dias nas obras sobre o qual a concessionária não teria nenhuma responsabilidade. Para a área técnica da Agência, no entanto, o excludente é bem menor: 155 dias. A diferença entre as duas estimativas pode representar rombo de R\$ 3,2 bilhões no caixa de Jirau, segundo Paranhos, levando em conta os preços atuais do MWh no mercado de curto prazo. (04.02.2015 - Baseado em Valor Econômico)

Em 2 anos, Transnordestina avançou 5%

O novo contrato de concessão da ferrovia Transnordestina completou um ano na mesma data em que venceu o primeiro prazo estipulado no documento: a entrega de 163 km entre as cidades de Salgueiro (PE) e Trindade (PE). Enquanto as Prefeituras das duas cidades negam a entrega, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), dona da obra, a confirma. De

De acordo com os relatórios do PAC, nos últimos dois anos a Transnordestina avançou apenas 60 km, o que representa pouco mais de 5% de evolução nas obras.

acordo com os relatórios do PAC, nos últimos dois anos a Transnordestina avançou apenas 60 km, o que representa pouco mais de 5% de evolução nas obras. O novo contrato tinha o objetivo de dar celeridade à obra, que começou em 2006 com a promessa de durar quatro anos. Pelo acerto, o custo passou de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 7,5 bilhões. O prazo para conclusão foi estendido para o final de 2016, com cláusulas para penalizar novos atrasos. O primeiro prazo passível de multa previa a entrega do trecho entre Salgueiro e Trindade, que na ocasião da assinatura do contrato já estava com 82% de execução. O projeto declinou em 2013, quando a Odebrecht, então responsável pela obra, começou a sofrer com a falta de pagamentos por parte da CSN. O problema se agravou e em setembro daquele ano o contrato foi rompido. Apesar da letargia nas obras, a CSN garante que tudo está no prazo. De acordo com a empresa, a ferrovia será entregue no fim de 2016. De acordo com o último balanço do PAC, a previsão de conclusão é janeiro de 2017. (27.01.2015 - Baseado em Valor Econômico)



1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de dezembro de 2014 até 31 de dezembro de 2018

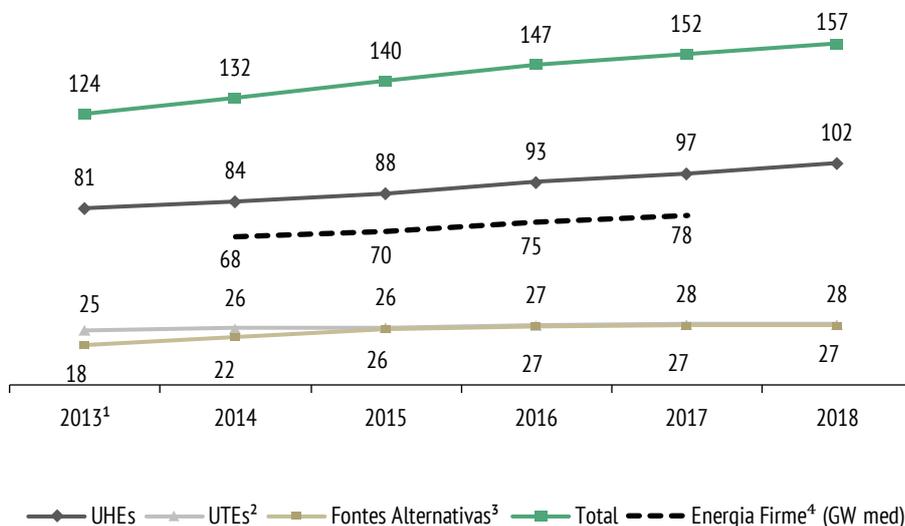
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	207	3.721	5.102	3.986	4.775	17.791
Otimista	207	3.721	5.110	3.986	4.775	17.799
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	274	575	970	350	0	2.168
Otimista	274	575	970	360	0	2.178
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	46	3.520	1.347	270	104	5.288
Otimista	46	4.085	4.831	2.196	2.607	13.764
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	527	7.816	7.419	4.606	4.879	25.247
Otimista	527	8.381	10.910	6.542	7.381	33.741

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 4,6% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 33,7 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 6,1% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador

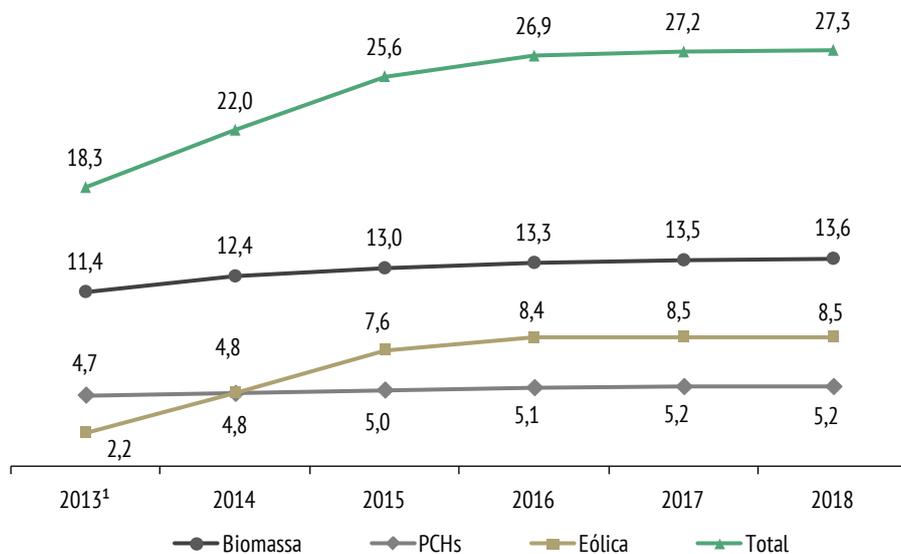


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.^{*}

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,0% e 0,3%.

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2013.

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 26% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 10% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 18% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer no patamar de 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 17,8 mil MW de UHEs até 2018, e a previsão conservadora prevê uma entrada similar no mesmo período. Em outras palavras, 100% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 2,2 mil MW até 2018 com 100% dos empreendimentos sem restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 456 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,2 mil MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 10,0 mil MW, apenas 36% da potência (3,6 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

Expansão da capacidade de geração em 2015 e 2016

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel prevê o seguinte incremento de capacidade de geração, livre de restrições, para o ano em curso. Cerca de 3.346 MW virão de fontes hídricas e 1.912 MW da força dos ventos. Além disso, o parque gerador contará com outros 639 MW de térmicas movidas a combustíveis fósseis, 557 MW a biomassa e 172 MW de pequenas centrais hidrelétricas. Assim, o parque gerador brasileiro terá muito provavelmente o incremento de cerca de 6,6 GW de potência em 2015.

Esclarece ainda a Agência, no seu Boletim de Acompanhamento da Expansão da Oferta, datado de janeiro deste ano, que no caso das hidrelétricas, 18.041 MW de potência instalada estão com obras em andamento e 1.026 MW estão com obras não iniciadas ou paralisadas. Dos 2.319 MW outorgados para as pequenas centrais hidrelétricas, 419 MW estão em obras, enquanto 1.901 MW estão com obras não iniciadas ou paralisadas. Para as usinas eólicas, 3.379 MW de um total de 10.083 MW estão com as obras em andamento. Contudo, dos 6.704 MW restantes, que ainda não estão com obras iniciadas, grande parte tem possibilidade de cumprir o cronograma. A situação das térmicas convencionais evidencia que 2.831 MW encontram-se efetivamente em obras e 3.379 MW estão com obras não iniciadas ou paralisadas. Para as centrais a biomassa, 1.349 MW estão com obras em andamento e 1.046 MW estão com obras não iniciadas ou paralisadas.

Sobre a Região Sudeste/ Centro-Oeste, cumpre salientar a entrada em serviço de 1.425 MW de unidades geradoras da usina de Jirau. E de 1.820 MW negociados no 11º leilão de energia nova, correspondentes a cinco unidades da usina de Teles Pires, que entrarão em serviço em setembro deste ano.

A usina de Jirau, localizada no rio Madeira, composta de 50 unidades geradoras, totalizando 3.750 MW de potência instalada possui 21 unidades geradoras já liberadas para operação comercial (1.575 MW). Considerando o histórico de motorização de usinas desse porte, foi prevista a entrada em operação de 18 unidades geradoras (1.350 MW) em 2015, sendo que uma delas já foi liberada para operação em janeiro deste ano.

Santo Antônio, também localizada no rio Madeira, composta de 44 unidades geradoras e 3.150,40 MW de potência instalada, possui atualmente 32 unidades geradoras liberadas para operação comercial, correspondente a 2.286 MW de potência instalada. Há duas unidades geradoras (139,18 MW) previstas para entrar em operação em 2015.

O aproveitamento da energia do Madeira será vital para assegurar a expansão da oferta. Prevê-se que em abril do ano em curso o limite de escoamento de energia dessa Região para o restante do sistema interligado passe dos atuais 3.550 MW para 3.850 MW. Dois meses depois, passará a 5.200 MW. Em dezembro deste ano atingirá 5.350 MW e em janeiro de 2016 completará 7.000 MW.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

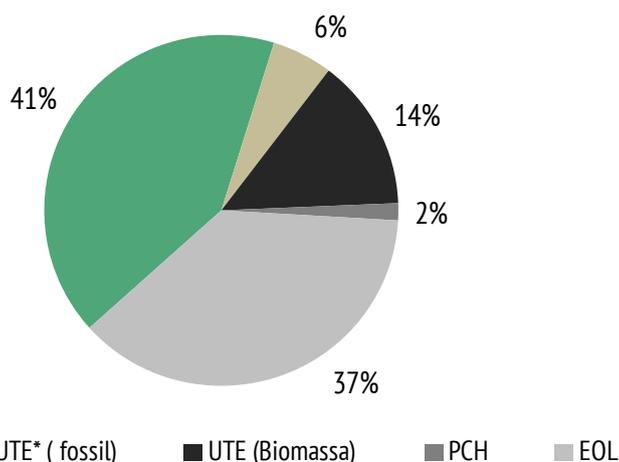
Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)
De 1 de janeiro a 15 de dezembro de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de dezembro, entraram em operação 7.018 MW. Desse total, as UHÉs representaram 41% da potência total que entrou em operação totalizando 2,9 mil MW. As EOL representaram 37% totalizando 2,6 mil MW. As UTEs fósseis representaram 6% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 14% do total. As PCHs até o período representaram apenas 2% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2014



1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em dezembro de 2014, 39.672 GWh, apresentando um valor próximo ao observado em dezembro de 2013.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.483 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 37% do total de energia elétrica consumida em dezembro de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 3% quando comparado ao mesmo período de 2013.

Embora o consumo de energia tenha apresentado taxas de crescimento positivas no primeiro trimestre, a tendência de retração da produção industrial, inicialmente limitada aos energointensivos, se agravou ao longo do ano (principalmente no segundo semestre) estendendo-se aos demais segmentos e refletindo no consumo de eletricidade industrial como um todo.

■ UHE ■ UTE* (fossil) ■ UTE (Biomassa) ■ PCH ■ EOL

Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Dezembro	Dezembro	Var.	Jan-Dez	Jan-Dez	Var.
	2013	2014		2013	2014	
Residencial	10.705	11.136	4	124.890	132.110	6
Industrial	15.321	14.483	-5	183.980	178.899	-3
Comercial	7.572	7.859	4	83.676	89.869	7
Outras	5.975	6.194	4	70.938	73.196	3
Total	39.573	39.672	0	463.484	474.074	2

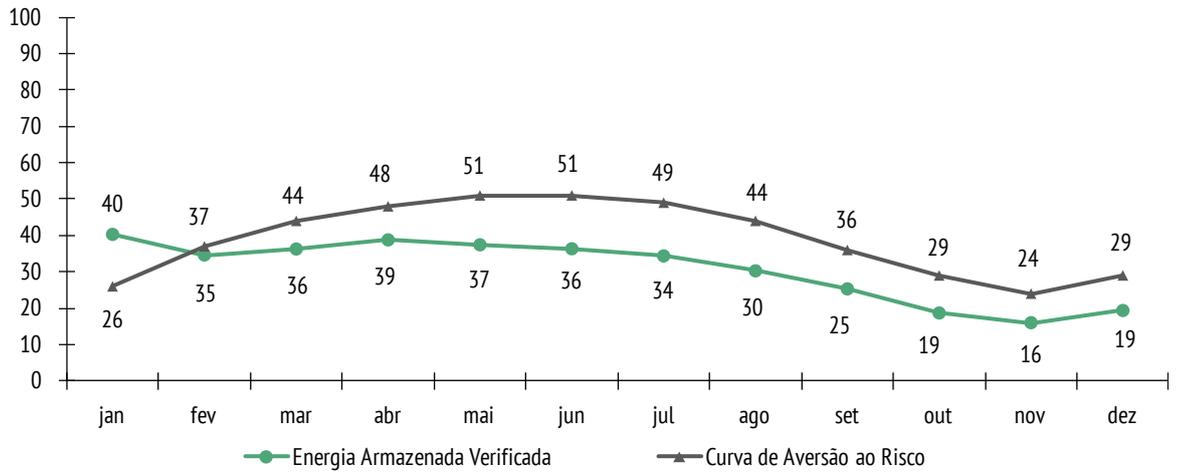
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

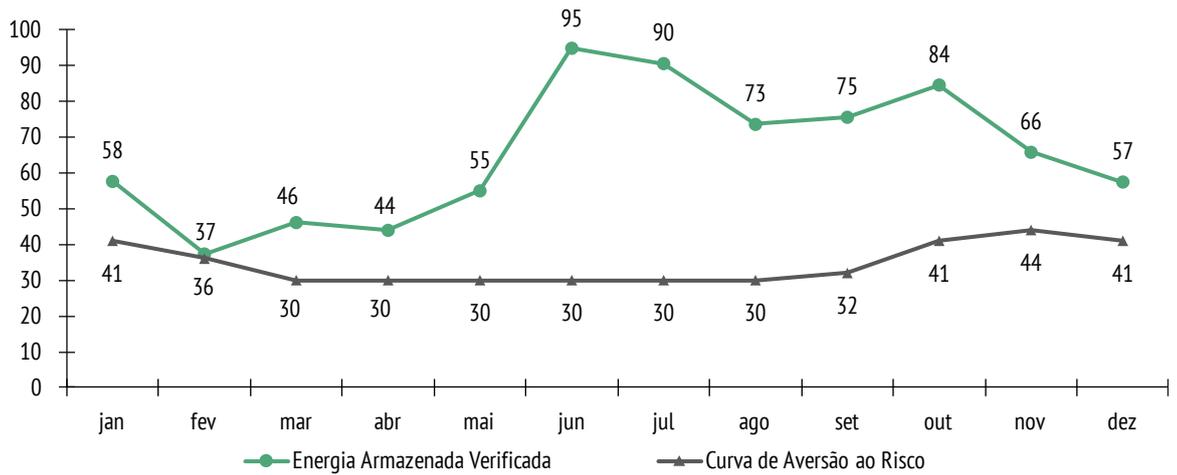
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em dezembro de 2014, a energia armazenada permaneceu baixa em quase todas as Regiões. Nas Regiões Sudeste e Centro Oeste a energia armazenada fechou o ano abaixo da CAR, em 19%. Na Região Sul a energia armazenada caiu para 57%, na Região Nordeste permaneceu abaixo da CAR em 18% e na Região Norte terminou o ano em 33%. As Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

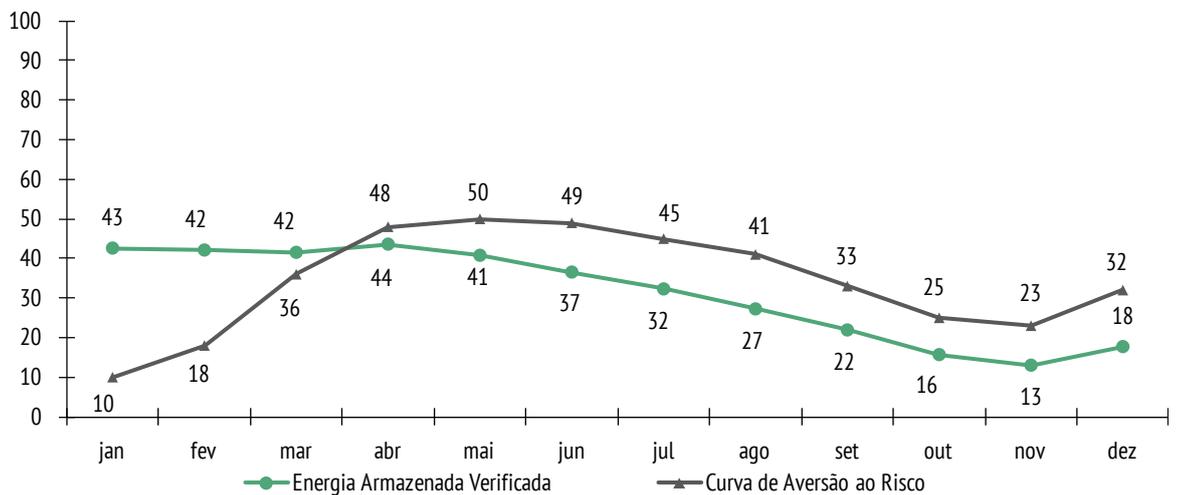
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014
Sul (%)**



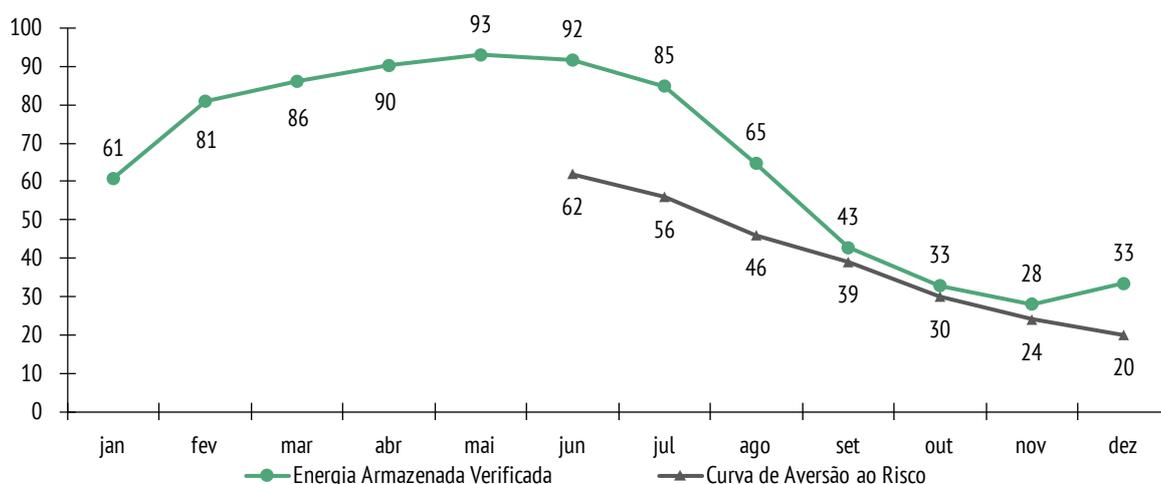
**Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014
Nordeste (%)**



Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2014 Norte* (%)

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluências do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de dezembro, o PLD atingiu o valor de R\$ 658,73/MWh em todas as Regiões para todas as cargas.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Dezembro 2014 (Período: 20/12/2014 a 26/12/2014)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	658,73	658,73	658,73	658,73
Média	658,73	658,73	658,73	658,73
Leve	658,73	658,73	658,73	658,73

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de dezembro de 2014 apresentou um PLD de R\$ 601,21/MWh. Esse valor é o dobro dos valores observados em dezembro de 2013 no mercado atacadista.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Dezembro	Dezembro	Variação (%)
	2013	2014	
Sudeste/Centro-Oeste	290,72	601,21	106,80
Sul	290,72	601,21	106,80
Nordeste	291,86	601,21	105,99
Norte	290,72	601,21	106,80

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

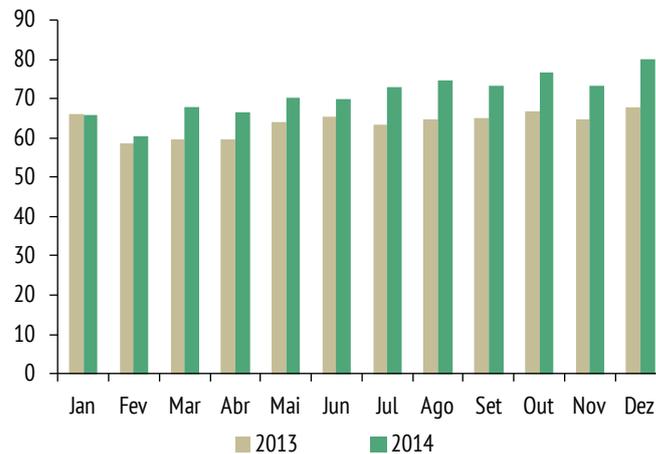
A produção nacional de petróleo, no mês de dezembro de 2014, foi de 80 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 18% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 11% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em dezembro de 2014 foi de aproximadamente 24,7°, sendo que 8% da produção foi considerada óleo

leve (maior ou igual a 31°API), 62% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 30% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

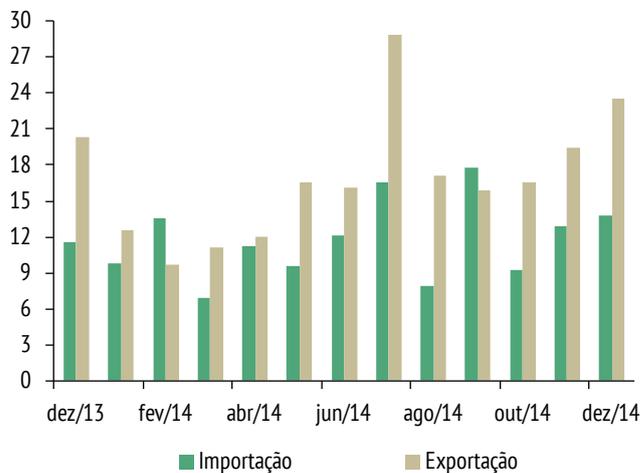
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em dezembro de 2014, foi de 67 milhões bep. Esse volume foi 6% superior ao observado em dezembro de 2013 e no acumulado do ano 3% superior.

**Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)**



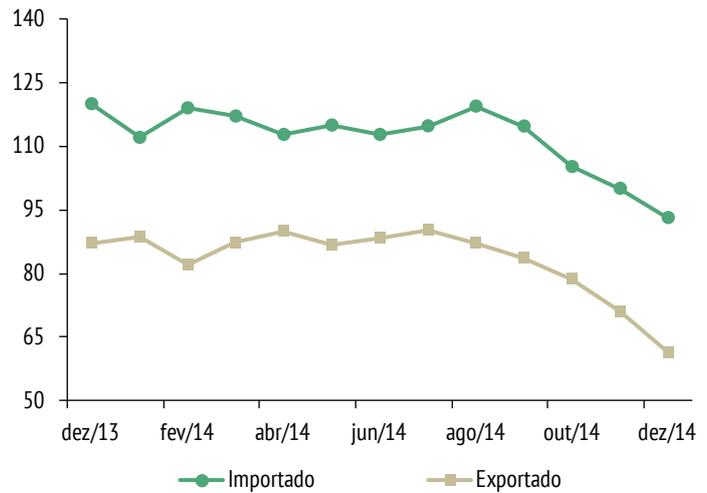
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em dezembro de 2014, cerca de 93,4% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em dezembro de 2014, foi de 24 milhões de bep, valor 16% superior ao exportado em dezembro de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 36% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em dezembro de 2014, foi de US\$ 93,09/barril, valor 22% inferior ao observado em dezembro de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou queda de 2%.

**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



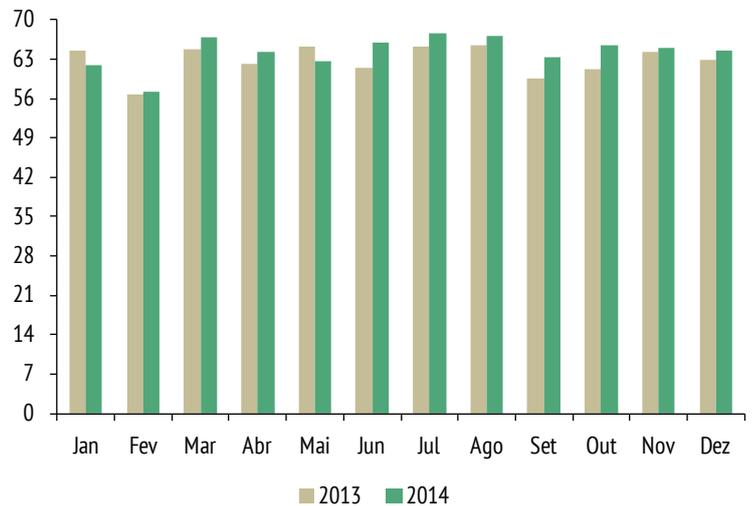
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em dezembro de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 65 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), volume 3% superior ao produzido em dezembro de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 2% superior ao mesmo período do ano passado.

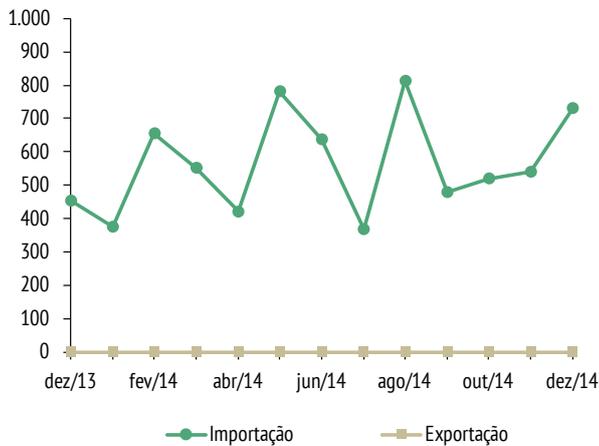
A importação de derivados de petróleo, em setembro de 2014, foi de 21 milhões bep, valor 49% superior ao registrado em dezembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 2% superior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



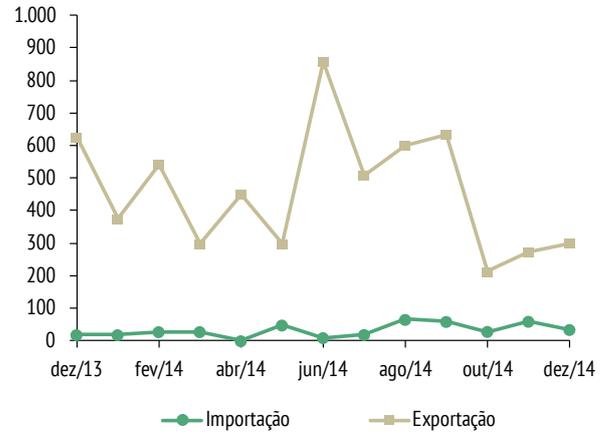
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

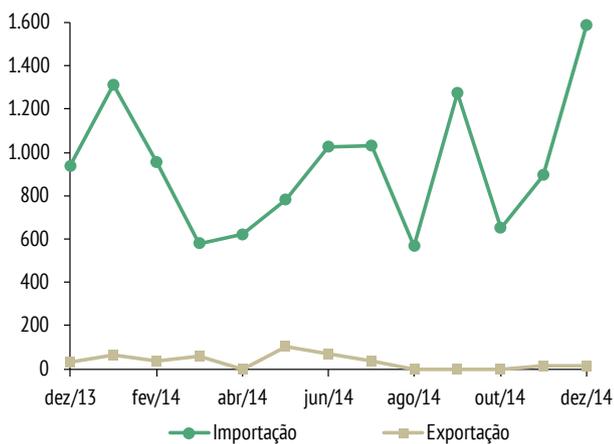
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

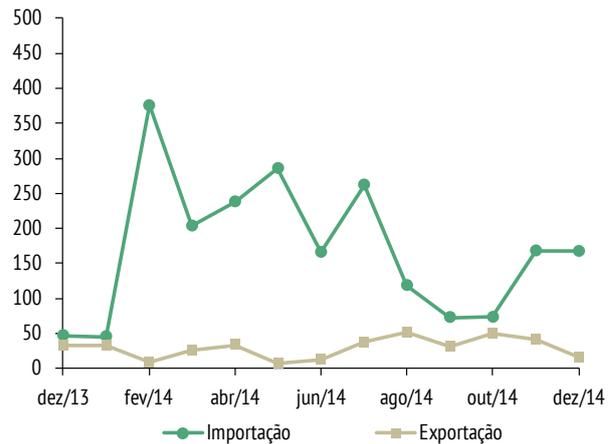
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em dezembro de 2014, foi constatado um total de 6 milhões bep, o que representa um volume 24% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 3% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP)

Em dezembro de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 6% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 5 milhões bep superior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 85 milhões de bep. Em dezembro de 2013, a dependência externa foi negativa em 4%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 4%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 10%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013	Dezembro/2014	Jan-Dez/2014
Produção de Petróleo (a)	68	765	80	852
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-9	0	-10	-58
Imp. Líq. de Derivados (c)	6	83	15	90
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	65	849	85	884
Dependência Externa (e)=(d-a)	-3	84	5	32
Dependência Externa (%)=(e)/(d)	-4	10	6	4

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em dezembro de 2014, apresentou débito de US\$ 1,4 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,4 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 426 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 9,5 bilhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Dezembro/2013	Jan-Dez/2013	Dezembro/2014	Jan-Dez/2014
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.771	12.957	1.446	16.357
Dispêndio com importação (b)	1.385	16.463	1.286	15.662
Balança Comercial (c)=(a-b)	386	-3.507	161	695
Derivados				
Receita com exportação (d)	778	9.942	493	9.292
Dispêndio com importação (e)	1.590	19.600	2.019	19.471
Balança Comercial (f)=(d-e)	-812	-9.659	-1.526	-10.179
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.549	22.898	1.939	25.649
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.975	36.064	3.305	35.133
Balança Total (i)=(g)-(h)	-426	-13.165	-1.366	-9.484

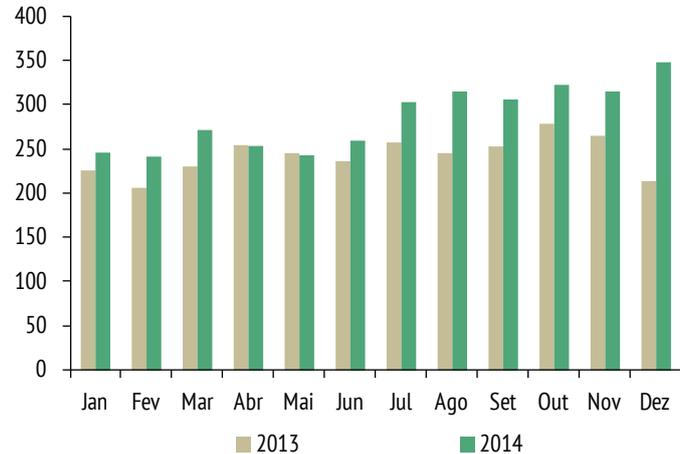
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em dezembro de 2014, foi de 348 mil m³, montante 62% superior ao produzido em dezembro de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 7% superior.

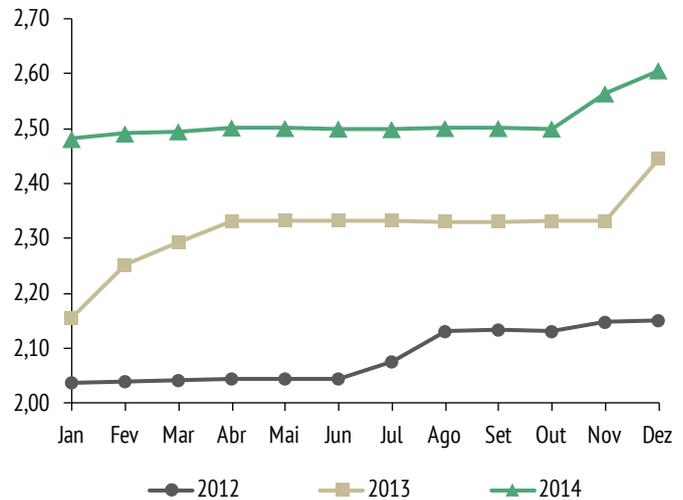
Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em dezembro de 2014, foi de R\$ 2,61/ℓ, valor 12% superior ao observado em dezembro de 2013.

Preço ao Consumidor do Diesel
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 31 de dezembro de 2014, 27.878 mil m³ de álcool, sendo 16.577 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 6% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

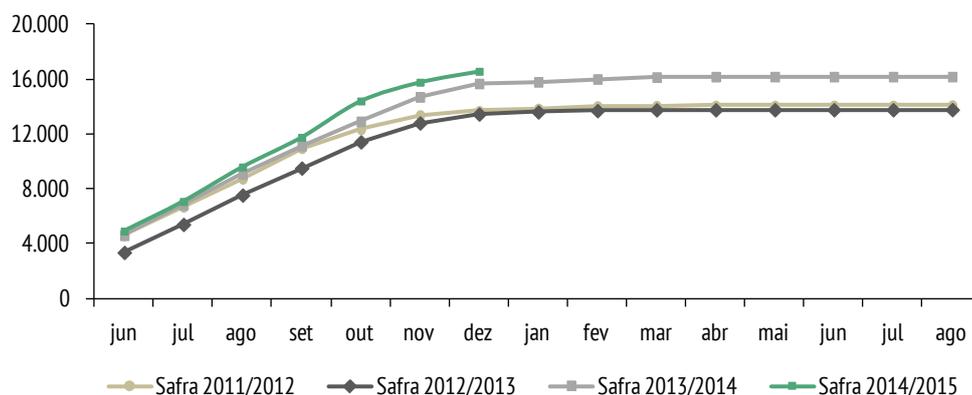
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de dezembro de 2014, produziu-se 34 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2013/2014.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 31 de dezembro de 2014)	Safra 2014/2015 (até 31 de dezembro de 2015)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.491	11.301	-2
Álcool Hidratado (mil m ³)	15.687	16.577	6
Total Álcool (mil m³)	27.178	27.878	3
Açúcar (mil ton)	35.876	33.763	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

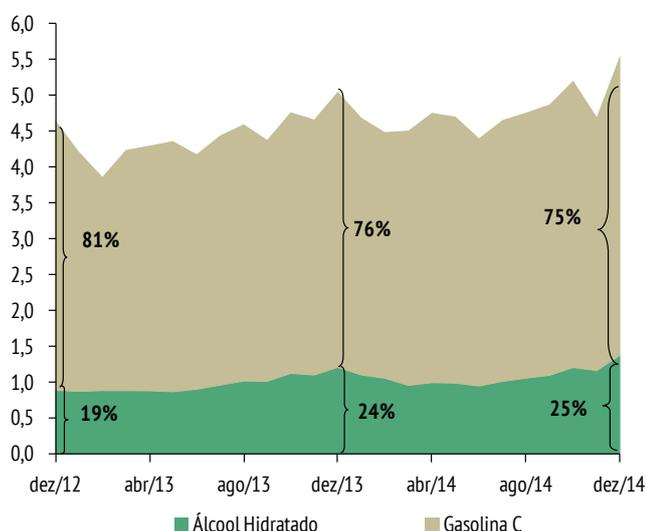
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1.380 mil m³ em dezembro de 2014. Esse número representa um aumento de 11% em relação ao volume vendido em dezembro de 2013. No acumulado do ano, as vendas também foram 11% superiores.

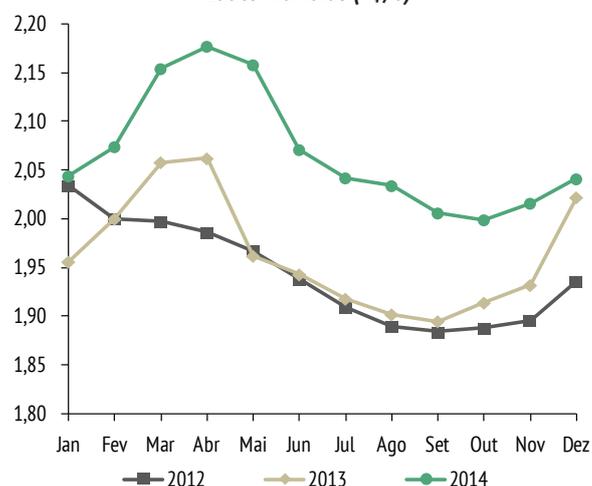
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 25% do universo de vendas do álcool e da gasolina em dezembro de 2014. Essa participação foi 1 ponto percentual superior ao observado em dezembro de 2013.

Em dezembro de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,04/ℓ, valor 1% superior ao registrado em dezembro de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



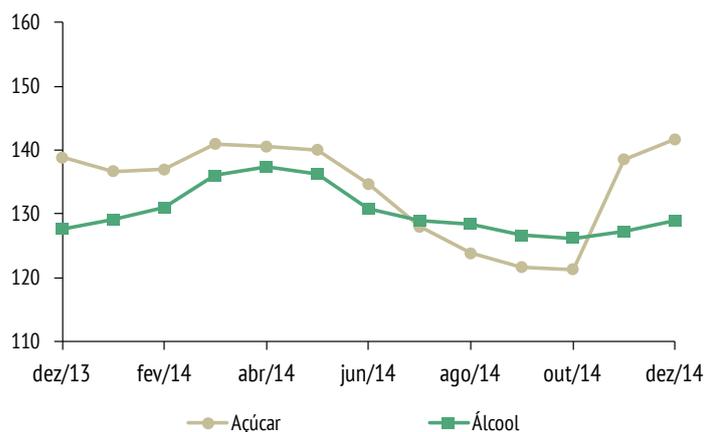
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em dezembro de 2014, foi de 95 milhões m³, representando um aumento de 17% comparado à média verificada em dezembro de 2013. No acumulado do ano, a média foi 14% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em dezembro de 2014, foi de 48 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 107 milhões m³/dia. Este montante é 26% superior ao observado em dezembro de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 6% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em dezembro de 2014. Em dezembro de 2013, essa proporção havia sido de 35%.

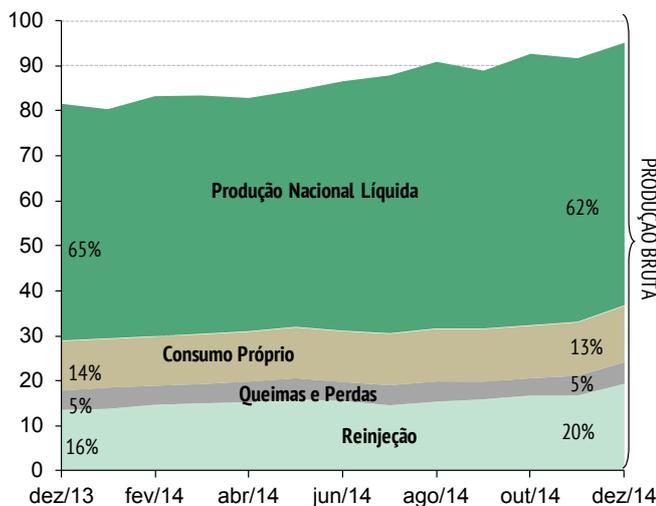
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Dezembro/2013	Média do período Jan-Dez/2013	Média em Dezembro/2014	Média do período Jan-Dez/2014
Produção Nacional¹	81.576	76.973	95.148	87.351
- Reinjeção	13.500	10.601	19.380	15.718
- Queimas e Perdas	4.334	3.564	4.851	4.434
- Consumo Próprio	11.040	10.816	12.502	11.455
= Produção Nac. Líquida	52.702	51.991	58.415	55.744
+ Importação	31.967	45.127	48.410	47.527
= Oferta	84.669	97.118	106.824	103.272

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

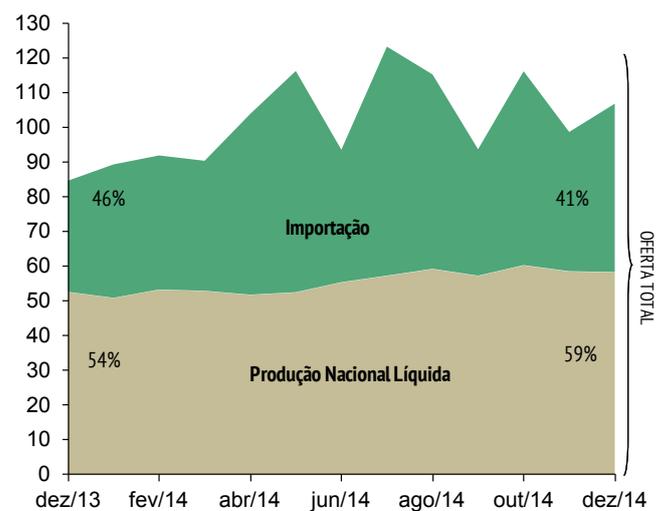
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



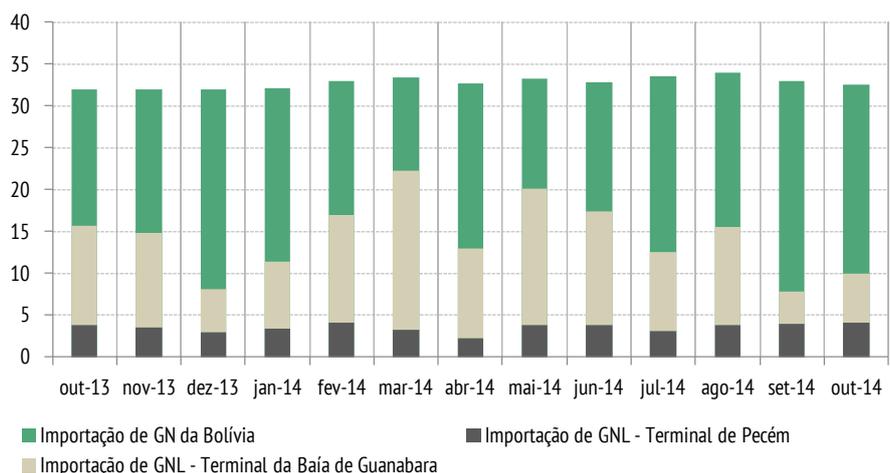
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em outubro de 2014, foi de 33 milhões de m³/dia, volume 2% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em outubro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 19 milhões m³/dia, volume 20% superior ao montante observado em outubro de 2013.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Dezembro/2014	Jan-Dez/2014	Dez-2014/Dez-2013	Acumulado no Ano
Industrial	27.253	28.517	4	1
Automotivo	5.085	4.965	-5	-3
Residencial	970	971	2	-3
Comercial	805	764	1	2
Geração Elétrica	34.998	33.588	49	28
Co-geração*	2.735	2.569	17	4
Outros	6.555	4.632	269	33
Total	78.401	76.006	29	13

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em dezembro de 2014 foi, em média, de 78 milhões de m³/dia. Essa média é 29% superior ao volume médio diário consumido em dezembro de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação 13% superior ao observado em 2013.

O setor industrial, em dezembro de 2014, consumiu 27 milhões de m³/dia de gás natural, sendo um valor 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural apresentou uma variação de 1% superior ao observado de janeiro a dezembro de 2013.

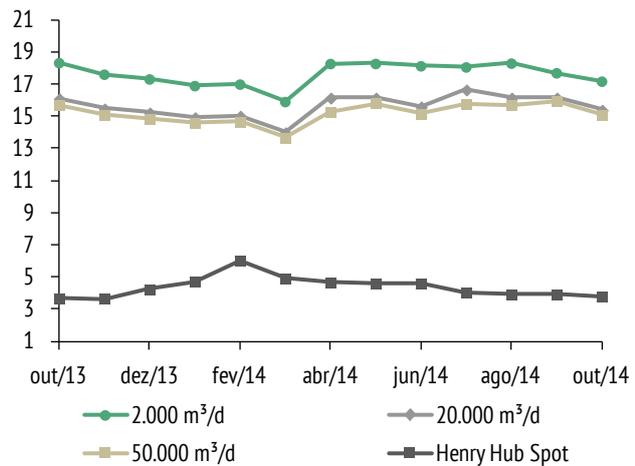
O setor industrial foi responsável por 35% do consumo de gás natural em dezembro de 2014. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 45% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em outubro de 2014, foi de US\$ 15,89/MMBTU, valor é 5% inferior ao observado em outubro de 2013 (US\$ 16,73/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em outubro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,78/MMBTU, valor 11% superior ao apresentado em outubro de 2013 (US\$ 3,68/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

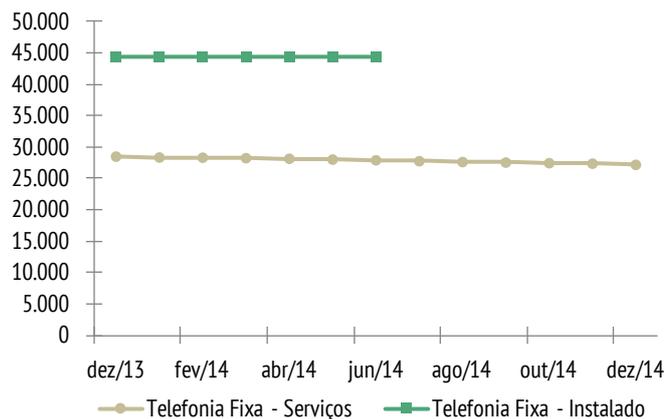
5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Instalada para o período de junho a dezembro 2014. Seguem as últimas informações disponíveis.

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Instalada para o período de junho a dezembro 2014. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em junho de 2014 este montante foi de aproximadamente 44 milhões. Este valor não teve alteração significativa ao longo do período analisado, conforme mostra o gráfico ao lado.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (mil)



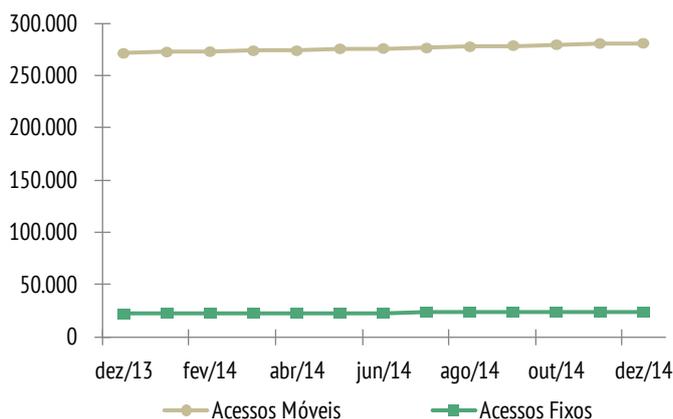
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

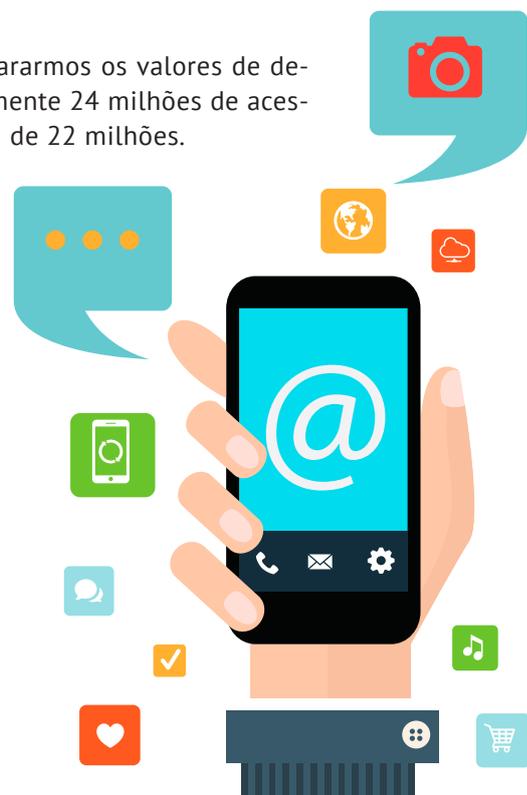
O número total de acessos de internet móvel em dezembro de 2014 foi de 280 milhões, montante 3% superior ao observado no mesmo período de 2013.

Os acessos totais de internet fixa teve um crescimento de 8% se compararmos os valores de dezembro 2013 e dezembro 2014. Neste último mês tivemos aproximadamente 24 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior este valor foi de 22 milhões.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL.
¹ WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel
² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Dez/2013	Dez/2014	Dez-2014 / Dez-2013
Granel Sólido (a)	46.806	52.498	12%
Portos Públicos	15.357	16.065	5%
TUPs	31.449	36.432	16%
Granel Líquido (b)	19.096	20.331	6%
Portos Públicos	3.995	4.531	13%
TUPs	15.101	15.800	5%
Carga Geral Solta (c)	3.816	4.110	8%
Portos Públicos	1.348	1.333	-1%
TUPs	2.469	2.777	13%
Total (a+b+c)	69.718	76.939	10%
Portos Públicos	20.699	21.930	6%
TUPs	49.019	55.010	12%

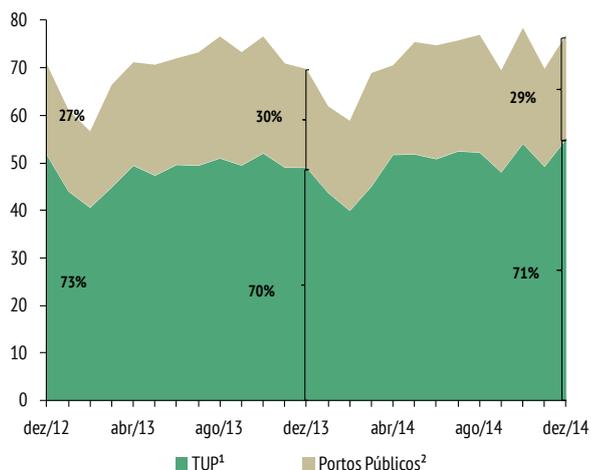
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (96 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

Em dezembro de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 12% em relação a dezembro de 2013. A movimentação de granel líquido foi 6% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral solta apresentou expansão de 8%.

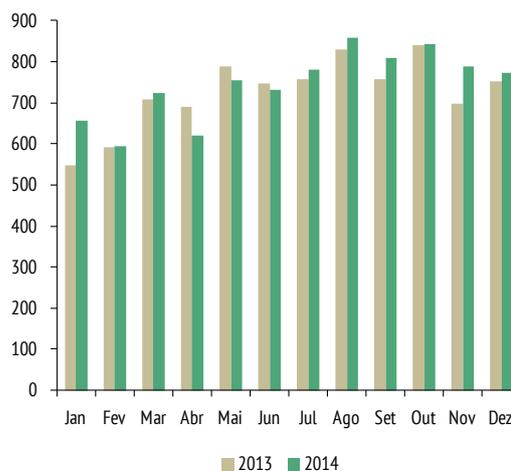
Em dezembro de 2014, os TUPs representaram 71% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 55.010 mil toneladas, volume 12% superior ao observado em dezembro de 2013. Os portos públicos movimentaram 21.930 mil toneladas em dezembro de 2014, volume 6% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em dezembro de 2014 foi de 772 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações).

² Portos públicos (52 instalações).

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

*Terminais de uso privativo (114 instalações).

Portos públicos (33 instalações).

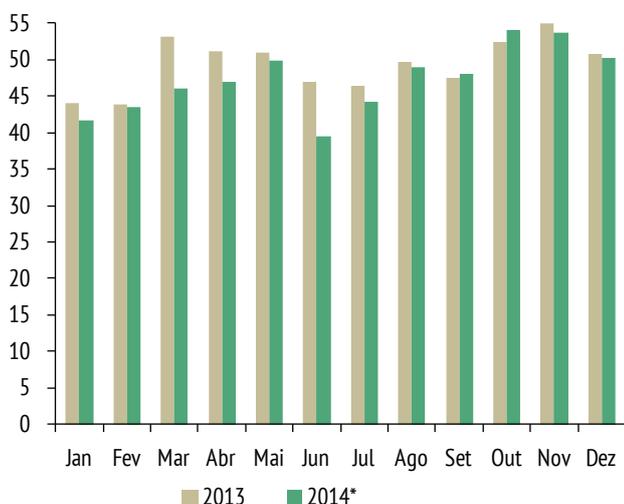
6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em 2015 passou a divulgar os dados de movimentação de passageiros e carga paga nos aeroportos brasileiros.

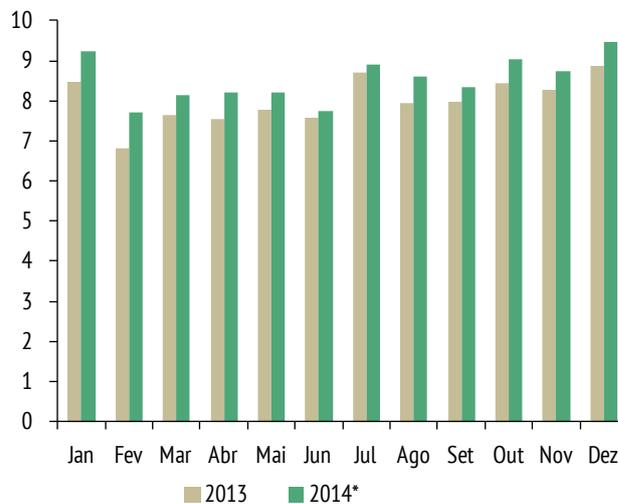
A movimentação de passageiros em dezembro de 2014, somando mercado nacional e internacional, foi de 9,5 milhões de passageiros. Valor 7% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação de passageiros foi 7% superior, os passageiros nacionais representam 94% da movimentação total de 2014.

A movimentação de carga aérea total no país em dezembro de 2014, somando mercado nacional e internacional, foi de 50 mil toneladas, montante 1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 4% inferior. A carga doméstica respondeu por 69% do total de cargas movimentado em todo o ano de 2014.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)**



**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Carga.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em 2014, foi de 465 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de extração vegetal e celulose foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (30%), enquanto a carga geral não containerizada apresentou a maior retração (-30%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em 2014.

Movimentação de mercadorias nas ferrovias

Ano	2014	2013	Variação (%)
	Até dezembro (mil TU)	Até dezembro (mil TU)	acum-14/ acum-13
Mercadoria			
Minério de Ferro	356.401	354.030	1
Produção Agrícola (exceto soja)	25.187	24.825	1
Soja e Farelo de Soja	20.953	19.770	6
Indústria Siderúrgica	14.337	14.869	-4
Carvão/Coque	12.085	11.549	5
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	9.476	9.130	4
Grãos Minerais	6.518	7.875	-17
Extração Vegetal e Celulose	6.450	4.949	30
Adbos e Fertilizantes	3.919	4.335	-10
Conteiner	3.610	2.936	23
Indústria Cimenteira e Construção Civil	3.179	3.419	-7
Cimento	2.833	2.984	-5
Carga Geral - Não Contein.	149	211	-30
Total	465.096	460.883	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em dezembro de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 71 milhões de toneladas, volume 15% superior ao averiguado em dezembro de 2013.

Em 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 742 milhões de toneladas, montante 3% superior ao averiguado no ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 95% do total no mês de dezembro.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Dez/2014	Jan-Dez/ 2014	Dez-2014 / Dez-2013	Acumulado do ano
Marítimo	67.560	699.547	14	3
Fluvial	1.442	17.984	68	11
Aéreo	91	1.258	10	-5
Ferrovário	41	462	-16	-24
Rodoviário	898	11.241	10	10
Outros*	850	11.546	-12	-4
Total	70.883	742.038	15	3

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em novembro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,8 bilhões, valor 2% superior ao aportado em novembro de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Novembro/2013 R\$ milhão	Novembro/2014 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	296	230	-22	5
Energia Elétrica e Gás Natural	1.369	1.489	9	31
Saneamento	118	180	52	4
Telecomunicações	84	150	79	3
Transporte	2.783	2.707	-3	57
Aéreo	4	1	-76	-
Aquaviário	224	50	-78	-
Terrestre	2.555	2.656	4	-
Total Infraestrutura	4.651	4.758	2	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,6 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 82 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 16,3 bilhões o que representa 60% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados e liquidados, até 31 de dezembro, R\$ 56 bilhões, o que representa 68% da dotação autorizada. Em 2014, foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 19 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 57 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 16,3 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados e liquidados R\$ 12,3 bilhões (76% da dotação). Até o dia 31 de dezembro, foram pagos do orçamento cerca R\$ 5,2 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 12,3 bilhões.

Cerca de 75% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,3 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 3,2 bilhões, ou 20%), hidroviário (R\$ 269 milhões) e outros (R\$ 530 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de R\$ 12 milhões e um total pago no valor de R\$ 16 milhões até dia 31 de dezembro.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,6 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 57% foram pagos em 2014 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 47% do total de restos a pagar inscritos. Para 2015, estima-se um total de restos a pagar inscritos de R\$ 80,3 bilhões pela União e de R\$ 12,6 bilhões pelo Ministério dos Transportes.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresentou dotação de R\$ 62,1 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 21,3 bilhões) e 24% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,8 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou e liquidou R\$ 53,6 bilhões (86% do orçamento autorizado) em 2014. Foram pagos R\$ 25,9 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 31,8 bilhões. Para 2015, estima-se que serão inscritos R\$ 62,5 bilhões em restos a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

10. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) (TABELA V)

Em 2014, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 111 bilhões. Foram executados, em 2014, investimentos no valor de R\$ 95,6 bilhões, equivalentes a 86% da dotação autorizada. Esse valor foi 16% inferior ao desembolsado em 2013.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2014 foi de R\$ 99,4 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 87,7 bilhões, o que representa uma execução de 88% do autorizado e 92% do total executado pelas Estatais.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2014 e respondeu por 85% da despesa realizada num total de R\$ 81 bilhões (execução de 90% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.627	666	41	666	41	117	7	427	544	447
MAPA	1.395	804	58	804	58	115	8	742	857	550
MCTI	1.322	818	62	818	62	308	23	581	889	513
MDIC	175	71	41	71	41	36	20	46	81	34
MME	148	215	145	215	145	130	88	67	197	18
M. Transportes	16.306	12.341	76	12.341	76	5.159	32	7.113	12.272	5.386
M. Comunicações	129	76	58	76	58	4	3	111	115	46
MMA	202	127	63	127	63	23	12	108	132	8
MDA	783	497	63	497	63	54	7	3.799	3.853	464
M. Defesa	9.764	8.698	89	8.698	89	4.923	50	6.543	11.466	1.309
M. Int. Nacional	7.506	5.125	68	5.125	68	1.741	23	2.540	4.281	3.307
M. das Cidades	8.256	4.391	53	4.391	53	837	10	2.471	3.308	11.451
Outros**	34.723	22.184	64	22.184	64	5.612	16	13.606	19.218	19.857
Total	82.335	56.012	68	56.012	68	19.060	23	38.155	57.214	43.391

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2014
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2014*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	3.229	2.591	80	2.591	80	1.963	61	717	2.680	605
Hidroviário	269	206	77	206	77	3	1	129	132	201
Portuário	0	12	0	12	0	1	0	16	16	4
Rodoviário	12.277	9.161	75	9.161	75	3.082	25	6.037	9.119	4.278
Outros	530	370	70	370	70	110	21	214	325	298
Total	16.306	12.341	76	12.341	76	5.159	32	7.113	12.272	5.386

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	402	69
União	7.691	-441	4.341	2.909

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2014*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.610	6.711	5.317
União	79.583	-5.287	33.814	40.482

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2014*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.953	2.520	64	2.520	64	1.399	35	966	2.365	579
M. Planejamento	2	1	35	1	35	0	24	0	1	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	325	325	345
MCTI	0	15	0	15	0	0	0	32	32	0
M. Fazenda	80	80	100	80	100	0	0	0	0	80
MEC	6.629	5.823	88	5.823	88	858	13	2.857	3.715	3.864
MDIC	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	5	0	5	0	2	0	4	6	0
M. Minas e Energia	247	311	126	311	126	196	79	204	400	79
M. Saúde	1.983	1.416	71	1.416	71	1.010	51	973	1.983	2.636
M. Transportes	14.839	12.517	84	12.517	84	5.237	35	7.573	12.810	5.422
M. Comunicações	101	37	37	37	37	0	0	26	26	6
M. Cultura	166	100	60	100	60	20	12	248	268	297
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MDA	38	14	36	14	36	4	10	3.396	3.400	17
M. Esporte	1.353	925	68	925	68	281	21	320	602	987
M. Defesa	4.943	4.812	97	4.812	97	3.029	61	3.820	6.849	443
M. Integr. Nacional	5.774	4.652	81	4.652	81	1.666	29	2.143	3.809	1.820
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	57	57	1.525
M. Desenv. Social	643	563	88	563	88	215	33	499	714	209
M. Cidades	21.340	19.813	93	19.813	93	12.002	56	8.336	20.338	16.545
Total	62.092	53.604	86	53.604	86	25.922	42	31.777	57.700	34.856

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. * Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos - 2014
Estatais e Agências de Fomento

R\$ milhão

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada até 6º bim.	Por subfunção	Dotação	Despesa realizada até 6º bim.
Minas e Energia	99.414	87.744	Produção Industrial	1.073	681
Comunicações	1.788	1.403	Energia Elétrica	9.146	6.692
Transportes ¹	0	0	Combustíveis Minerais	81.031	73.662
Defesa	6	4	Transporte Aéreo	1.900	1.425
Outros	9.974	6.490	Transporte Hidroviário	3.238	1.579
Total	111.182	95.640	Transportes Especiais	4.436	3.858

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por função	Dotação	Despesa realizada até 6º bim.	Por unidade	Dotação	Despesa realizada até 6º bim.
Indústria	236	203	Grupo Eletrobrás	8.894	6.269
Comunicações	1.787	1.402	Grupo Petrobras	90.515	81.474
Energia	99.190	87.548	Cias DOCAS ²	1.431	488
Transporte	3.357	1.933	Infraero	1.903	1.425

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

²Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 11 de fevereiro de 2015.